

SESSÕES DO PLENÁRIO

46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de junho de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES (Primeira-Vice-Presidente)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (52) As Deputadas Fabíola Mansur e Ivana Bastos e o Deputado Samuel Júnior encontram-se licenciados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Iniciando, aqui, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde a todos e todas, boa tarde, presidenta.

Gostaria de iniciar, aqui, a minha fala nesta tribuna agradecendo a V. Ex.^a por mais uma vez demonstrar uma posição de solidariedade e entendimento em relação à necessidade de aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) do Judiciário baiano. A audiência que tivemos ontem com o presidente em exercício

do TJ, o desembargador João Bôsko, foi muito importante para evidenciar um conjunto de questões, sobretudo para abrir as portas para uma negociação que ponha fim à greve da melhor maneira possível com a aprovação do PCCV com o conteúdo que está posto. Isso, sim, representará um ganho para a Justiça baiana, para os seus trabalhadores e, obviamente, para a Bahia, que precisa do direito à Justiça. Então, mais uma vez, queria agradecer-lhe por seu empenho, sensibilidade política e compromisso com essa causa tão importante.

Sr.^a Presidenta, o que me traz a esta tribuna é uma questão muito grave que pode acontecer com a nossa Justiça Eleitoral. Sabemos que nós temos uma Justiça Eleitoral que é uma referência em todo o mundo por nós termos um sistema eleitoral considerado um dos mais eficientes e mais especializados do mundo. Ele foi posto à prova inclusive em relação aos intentos de um campo político profundamente antidemocrático que queria suspender as liberdades neste país. Portanto, colocaram em questão a legitimidade dos próprios processos eleitorais levados à frente pela nossa Justiça Eleitoral. Um atrás do outro, todos os argumentos foram dissipados pelo trabalho que, comprovadamente, é feito pela nossa Justiça Eleitoral.

Acontece que, por uma determinação da própria administração do tribunal superior, nós podemos ver a nossa Justiça Eleitoral colapsar. Aqui eu estou falando como um membro do Judiciário federal. Eu sou servidor do Tribunal Regional do Trabalho e, portanto, conheço os meus colegas da Justiça Eleitoral. E eles procuraram o combativo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia (Sindjufe-BA) para dizerem que a nossa Justiça Eleitoral vai estar ameaçada.

O que acontece? Nós temos hoje mais de 1/3 da força de trabalho que viabiliza o processo eleitoral na Bahia – e isso não é raro em todo o país – composta por servidores que são requisitados ao estado e às prefeituras. Acontece que a administração do tribunal superior baixou uma determinação para suspender a ação, o serviço desses trabalhadores requisitados no final do mês de junho. No dia 30 de junho, nós podemos ver a Justiça Eleitoral perder 1/3 da força de trabalho.

Como disseram meus colegas, especialistas muito competentes, nós vamos ver a Justiça colapsar. Portanto, nós precisamos, sim, de maneira imediata, de uma abertura de discussão e de uma norma revogatória dessa medida, de maneira mais urgente possível. Que se estabeleça uma mesa de debates, de maneira aberta, com os trabalhadores, com o conjunto dos profissionais, para que a gente encontre uma solução.

Obviamente, está na cara de todo mundo que está no serviço público o que a ausência, a falta de um contingente tão grande, impõe para a Justiça Eleitoral: primeiro, a criação de novos cargos; segundo, a realização de concurso. Então, é disso que nós precisamos: criação de cargos, realização de concursos públicos, e, ao mesmo tempo, de um planejamento que faça suportar a ausência desses servidores, e não a sua retirada imediata, abrupta, que, a meu ver, é de pouquíssima responsabilidade com a Justiça Eleitoral, que é um patrimônio do povo brasileiro.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Por isso, Sr.^a Presidenta, para finalizar, acho muito importante o posicionamento desta Casa, um posicionamento firme, porque o que está em jogo é

um instrumento muito importante, nesses tempos tão sombrios, de afirmação da própria democracia brasileira. E a alternativa para isso, como eu disse, tem que ser: cargos, concursos e planejamento democrático; jamais processos de terceirização. O que está sendo ventilado na Justiça Eleitoral pode significar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a geração de uma crise crônica em nossa Justiça Eleitoral, e nós não podemos perder esse patrimônio.

Muito obrigado pela tolerância, presidenta, e vamos à luta com os trabalhadores do Judiciário baiano e do Judiciário brasileiro.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito bem, deputado Hilton Coelho.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Quero registrar que, neste momento, aqui, na Casa, está acontecendo na Secretaria Geral das Comissões um ato de lançamento do *Anuário 2024 da Secretaria-Geral das Comissões*. Um anuário importante, que contém o registro de todos os textos, debates, temas, leis e indicações que foram aprovadas ou que foram levadas à Secretaria Geral das Comissões, tudo que passa por lá. O superintendente, o ex-deputado Bira Corôa, auxiliado por sua equipe, pelos departamentos, cuidadosamente preparou esse material. É um material que vai para o registro, ficam guardadas as memórias do trabalho realizado pela Secretaria Geral das Comissões. Os parabéns desta Mesa Diretora.

E neste momento tenho o orgulho, a satisfação de, interinamente, estar assumindo a Presidência. Daqui também mando o meu abraço para a nossa presidenta, deputada Ivana Bastos, e os meus agradecimentos por ter confiado a mim, nesta semana, esta missão, para cuidar das tarefas da direção, da gestão da Casa, dos trabalhos parlamentares.

Quero, também, aproveitar este momento para dizer, deixar registrado nos Anais da Casa, que hoje pela manhã foi realizado um ato muito importante pelo nosso governador. Através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, foram assinados contratos e parcerias com 57 instituições não governamentais, que asseguram recursos na ordem de R\$ 65 milhões para atuarem em projetos que vão desenvolver cada vez mais o trabalho decente, o emprego e a renda. São instituições que, ao longo de sua história, naturalmente, sempre se disponibilizaram a trabalhar para acompanhar pessoas vulneráveis, pessoas que precisam de um apoio. Fazíamos tudo isso antes por uma política de mais fraternidade, de solidariedade, e, hoje, podemos contar com a política pública dentro desse programa de trabalho decente, de organização da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Então, deixo, aqui, esse registro.

Olhando daqui o Plenário, não visualizo número suficiente para se continuar a sessão. Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cafú Barreto, Fabíola Mansur (licenciada), Fabrício Falcão, Ivana Bastos (licenciada),

José de Arimatéia, Jurailton Santos, Leandro de Jesus, Marcinho Oliveira, Penalva, Robinho e Samuel Junior (licenciado). (11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.